

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

1 Ao dia vinte e nove do mês de junho de dois mil e dezessete, às nove horas e
2 trinta minutos, a Senhora Maria Bentes, Presidente do Conselho Gestor da
3 FLOTA do Iriri, cumprimenta e dá as boas vindas a todos os presentes e inicia
4 a reunião apresentando aos participantes a equipe técnica, composta pela
5 gerência e uma equipe de apoio. Após isso, solicita que todos os participantes
6 se apresentem e falem um pouco da relação das suas atividades com a
7 unidade de conservação. Feito isso, a Senhora Maria Bentes faz um apanhado
8 da programação planejada para os dois dias de reunião. Disse que pela
9 manhã do dia 29/06 haveria uma apresentação Institucional e entrega do termo
10 de posse dos Conselheiros (Cerimônia de Posse do CG) e a tarde seria
11 destinada para a Capacitação do Conselho Gestor, voltado mais para
12 esclarecer as dúvidas sobre o que é um conselho gestor, qual é o papel do
13 Conselho e suas obrigações dentro da gestão da FLOTA. Já no dia seguinte,
14 explicou que seria tratado o plano de ação da unidade, aonde através do
15 levantamento das problemáticas e potencialidades, tem-se a intenção de
16 alinhar estratégias de atuação, dentro do que o órgão tem atribuição de fazer,
17 incluindo aí como articulador de ações junto às instituições locais. Iniciada a
18 reunião, a Srª Maria Bentes passa falar sobre o IDEFLOR-Bio e a Reforma
19 administrativa do Estado, aonde esclareceu que na mudança ocorrida a partir
20 da Lei 8.096/2015, o Instituto ganha a atribuição de gestão de Unidades de
21 Conservação. Durante a apresentação, foi mostrada a estrutura organizacional
22 do órgão e a função de cada uma das suas diretorias. Enfatizando a temática
23 de Unidades de Conservação, a presidente do Conselho, contextualiza a
24 situação atual das áreas protegidas a nível federal e estadual, assim como a
25 representação em termos espaciais dessas unidades. Esclareceu sobre a
26 forma de atuação do IDEFLOR-Bio no Estado, Instituída pela reforma
27 administrativa. Ao enfatizar as unidades de Conservação pertencentes à região
28 administrativa do Xingu, a presidente falou das dificuldades de se trabalhar
29 com unidades que geograficamente não apresentam conexão, e que por isso,
30 as participações das Instituições que atuam na unidade são extremamente
31 importantes, de modo a atender um planejamento integrado das atividades,
32 sendo o Conselho Gestor uma peça estratégica nesse processo. O Sr. Antônio
33 (ENAMGI) tomou a palavra e perguntou se o Conselho será deliberativo. A Sra.
34 Maria Bentes, explica que o Conselho independente de ser deliberativo ou não,
35 tem a sua manifestação assegurada. Disse que mesmo sendo deliberativo, não
36 poderá haver aceitação de todas as decisões tomadas e que por outro lado,
37 sendo consultivo, não poderá haver manifestações que não sejam
38 consideradas, assim as demandas levantadas são analisadas e devidamente
39 encaminhadas. Complementa dizendo que as manifestações, por exemplo, são
40 consideradas no momento da construção do plano operacional anual da UC.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

Na oportunidade, a presidente do conselho enfatiza o que é a FLOTA, sua criação e seu objetivo. Quanto aos desafios aponta o plano de gestão como instrumento para alcançar esses objetivos. Segundo a mesma, o Conselho gestor e o plano de gestão são pilares no avanço da gestão da Unidade. A consolidação territorial foi relacionada ao caso de propriedades particulares em UC que deverá passar por uma análise processual para se dizer o que pode e o que não se pode fazer. O Sr. Roberto Santos (morador da FLOTA), remetendo ao trabalho de fiscalização pede para que qualquer ação que seja realizado dentro FLOTA, se tenha antes o cadastro dos moradores para não ocorrer problemas na intervenção da unidade. A Srª Maria Bentes orienta o mesmo a levar a questão para o dia seguinte, aonde haverá um momento para levantar todos os anseios dos participantes relacionados à unidade. Dito isto, a Srª Maria Bentes dá como encerrado a primeira parte da reunião e passa a chamar cada um para entregar o termo de posse dos Conselheiros. As 14h30 min foi reiniciada a reunião com a temática "Conselho Gestor de Unidade de Conservação (UC)". Na apresentação realizada inicialmente pela Srª. Ellen, técnica da Gerência da Região Administrativa do Nordeste, foi resgatado o histórico legal da política ambiental e a formação da participação social nas questões vinculadas ao uso dos recursos naturais. Foi demonstrada na temática que muitas questões não devem depender da máquina pública para serem resolvidas. Ao contrário disso, deve-se agir como cidadão e ser capaz de colaborar para mudar realidades. Nesse contexto, a palestrante enfatizou a importância da participação ativa quanto cidadão nas decisões tomadas e na importância das parcerias para fortalecer ações. Foi destacado também o papel das associações e cooperativas nesse processo. A Srª Ellen falou sobre a Lei que está direcionada as Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000) em que é conceituado o que é UC, os seus objetivos e suas características como áreas protegidas. Posteriormente, foram abordados os tipos de Conselho Gestor, sendo estes consultivos ou deliberativos. A Srª Ellen esclareceu que os conselhos do tipo deliberativo são apenas em RESEX e RDS. O Sr. Reinaldo da Silva (FVPP) comenta que o poder público tem o dever de combater os problemas na área. Remeteu a importância da Educação Ambiental numa forma de disseminar o conhecimento. O senhor Antônio (ENAMGI) falou que a falta de assistencialismo na região é grande. Muitos dos serviços que deveria ser prestados por Altamira são atendidos por Novo progresso. Já procurou o Ministério Público em alusão ao caso. O Sr. Marcelo Salazar do ISA, disse que para a comunidade tradicional, a lei é clara quanta aos seus direitos de permanecer na área. Segundo o conselheiro, o que deve ser feito agora é analisar os casos de propriedades que não deveriam estar na unidade de conservação. O que se tem a fazer é cumprir a lei. A Srª Maria



Ideflor-bio

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

81 Bentes complementou que assim como está sendo feito na APA Triunfo do
82 Xingu, na FLOTA deverá ser realizada também um trabalho de regularização
83 fundiária. Disse ainda que quando as regularizações começaram a ser
84 implementadas na APA Trinfo do Xingu, as reuniões do Conselho passaram a
85 ser mais produtivas. Entendendo que a regularização ambiental caminha junto
86 com a fundiária, foi feito levantamentos de CAR para instruir regulamentações
87 na APA Trinfo do Xingu. Assim, seguirá os trabalhos na FLOTA, disse a
88 presidente do Conselho. Segundo Antônio, não se tem CAR, mas processos de
89 compra do Estado das propriedades que estão dentro da FLOTA. Ano de 2003
90 e 2006, foi iniciado os primeiros trabalhos de regulamentações com o governo.
91 O Sr. Antônio (ENAMGI) disse que a FLOTA Iriri teria mudado os limites e isso
92 tem provocado transtornos para alguns. A Srª Maria Bentes argumentou
93 dizendo que nunca houve mudança nos limites da unidade desde a sua
94 criação. Esclarece que para isso seria necessário a promulgação de uma Lei.
95 Na oportunidade também gestora da unidade explicou como é o procedimento
96 e os documentos que respaldam a criação de uma unidade de Conservação.
97 Informou que uma Lei só pode ser revogada ou alterada a partir de outra lei
98 superior a ela. Complementa que normalmente as pessoas mudam o tamanho
99 das áreas aleatoriamente e encaminham mapas errados para o ITERPA. Mas o
100 ITERPA, como órgão de regularização fundiária, antes de qualquer
101 procedimento faz tanto uma análise documental (título ou posse da terra,
102 inscrição no CAR, adesão ou não ao PRA, presença de desflorestamento)
103 como uma análise in loco da situação da propriedade (vistorias). Confirmações
104 em campo que podem direcionar consulta ao IDEFLOR-Bio. Como primeiro
105 encaminhamento, a presidente falou do compromisso de verificar as
106 propriedades que existem dentro da Unidade e regularizar cada situação,
107 dependendo da possibilidade de se fazer isso. O Sr. Marcelo Salazar (ISA)
108 disse que acompanha as situações de título de 50 anos e que não vê outra
109 solução, se não por meio de processo de indenização. Segundo o
110 representante do ISA, nada se tem a fazer, se não obedecer a Lei. A Srª Maria
111 explicou que o papel do ITERPA é regularizar terras devolutas e a UC não é
112 terra devoluta. A Srª Maria retoma a temática de como o Conselho atua na
113 unidade de Conservação. Falou da competência do Conselho Gestor em
114 propor ações. Explicou que quando não se tem resposta internamente, podem
115 ser acionadas pessoas de fora capazes de trazer soluções. A compatibilização
116 dos interesses torna-se também atos que efetivam as atividades, integrar a UC
117 com o contexto local e regional, é outro papel do conselho. Orientações de
118 funcionamento do Conselho gestor como a busca por financiamento para
119 fomentar processos produtivos, foram também comentados pela presidente. A
120 Srª Maria Bentes complementou dizendo que, para tanto, existem capacitações



Ideflor-bio

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

121 continuadas para conduzir alternativas que instruem em contribuições e
122 produtos coletivos. Dentro do processo de formação do Conselho, a Sr^a Maria
123 Bentes exemplificou a lógica adotada na construção do Conselho da APA
124 Marajó que diferente de como está sendo feito no tabuleiro do Embaubal,
125 ocorreu a partir um levantamento institucional por município. No tabuleiro o
126 processo está sendo realizado, via chamada pública, para a formação do
127 Conselho. Na discussão sobre os trabalhos associados a formação do
128 conselho, foram mencionados dentre outros procedimento, o critério de
129 caracterização do território e seus usos, o objetivo da UC e a atuação de
130 entidades. O Sr. Nardino (SINPRUP) pergunta se o órgão está em conversa
131 com o governo já que foi feito todo um levantamento da área com contratação
132 de Engenheiro Florestal para dimensionar áreas e que agora recebeu a
133 proposta de compra. A Sr^a Maria Bentes disse que vai haver um momento de
134 discussões sobre a questão mencionada. A presidente retoma a temática de
135 formação do Conselho e explica a diferença que existem na representação do
136 Conselheiro e do membro do Conselho. Esclarece que se algum problema
137 houver na atuação dos representantes, quem responde é o conselheiro
138 enquanto Instituição. O Sr. Nardino (SINPRUP) disse que acha que o caso dele
139 deve ter surgido por ter documentação da área, antes da FLOTA ser criada. O
140 Sr. Marcelo Salazar diz que brigar pela terra na FLOTA é saber se tem
141 documentação regular para área ou não, que por sua vez Instrui a indenização.
142 A presidente continua falando da temática de atuação do Conselho, explicando
143 sobre o Plano de Ação. Aonde esclarece que os interesses das Instituições
144 também podem ser motivos para ações no planejamento do Conselho. Após
145 isso, foi aberto espaço para perguntas. O 2º dia de reunião foi iniciado com
146 informações relativo ao regimento Interno do Conselho Gestor. Na ocasião
147 foram tratados de forma mais aprofundada as questões direcionadas para a
148 construção do funcionamento operacional do Conselho, com a proposição de
149 criação de câmaras técnicas para discussão de assuntos específicos, tais
150 quais: regularização fundiária, fomento aos arranjos produtivos locais, valorização
151 das comunidades: inclusão e cidadania e, pesquisa. De forma voluntária, os
152 conselheiros foram distribuídos para compor cada uma das quatro (4) câmaras
153 definidas. Posteriormente a equipe técnica conduziu uma dinâmica junto aos
154 participantes para auxiliar a construção de um Plano de Ações voltadas para
155 atender a FLOTA. A técnica Carol Borges apresentou a ferramenta “Árvores
156 dos Sonhos, muros das lamentações e caminho da realização” em que
157 consiste levantar informações capazes de diagnosticar problemas e possíveis
158 soluções para a unidade. Explicou que a partir de objetivos que se deseja
159 alcançar, é traçado metas para a unidade de conservação. Depois de
160 esclarecer como iria transcorrer a dinâmica, A Sr^a Carol Borges chamou cada



Ideflor-bio

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

participante para manifestar suas colocações nos painéis correspondentes a dinâmica. No geral o grupo apontou como problemas: A construção de Estradas, a logística de deslocamento, a falta de rede de energia, o licenciamento, populações tradicionais sem acesso a políticas públicas (saúde, educação, assistência técnica e outros), regularização fundiária e falta de alternativas de renda. O Sr. Roberto dos Santos, morador da FLOTA, reclamou da Norte Energia quanto à falta de atuação relacionado ao cumprimento das condicionantes que os obriga a atender as comunidades ribeirinhas de Altamira. Segundo ele, a empresa fez ações somente para os indígenas. O Sr. Marcelo Salazar (ISA) complementou dizendo que as populações tradicionais têm seus direitos reconhecidos constitucionalmente e estão abandonadas pelo Estado. Disse que se os direitos dos índios existem são porque eles brigaram por isso. Problemas relativos ao desmatamento, levantamento fundiário, ordenamento de uso, ocupações não compatíveis com a área, foram outros pontos levantados pelo representante do ISA. O Sr. Denilson, morador do Riozinho do Anfrísio, falou sobre sua experiência para conseguir escola de ensino fundamental para sua comunidade. Segundo ele para levar professores para dentro da Resex, foi feita pressão por parte do Ministério Público e o envolvimento de outras Instituições na causa. A Srª Sara Milhomens (SEMMA de Novo Progresso) disse que deveria se fazer um diagnóstico socioambiental para atender os anseios da população e assim fortalecer o entendimento do que se quer alcançar. O Sr. Reinaldo da Silva (FVPP) acredita que a formação da câmara já é uma ação que estrategicamente vai atuar sobre as problemáticas da região. A Srª Carol Borges disse que a reunião do conselho é a oportunidade que as instituições têm de se aproximar das comunidades e tentar fazer algo para permitir a melhoria de vida delas. O Sr. Denilson comenta que muitas pessoas já morreram por falta de assistência médica da cidade. Disse que um dos instrumentos que pode ser utilizado é o Ministério público para cobrar da prefeitura. A Srª. Carol Borges deu exemplo do que foi feito em Senador José Porfírio, aonde foi direcionado um ofício com demandas das comunidades da RDS Vitória de Souza para a prefeitura incluir no seu planejamento. Ana Karina (UEPA) manifestou ainda no muro das lamentações as questões: Plano de manejo, diagnóstico da biodiversidade e gestão participativa. A Srª Maria Bentes comentou que a preocupação de dar continuidade no processo de formação realizado anteriormente foi por entender que as atividades devem ser logo iniciadas dentro da FLOTA. No painel "Árvore dos Sonhos" foi apontada pelos participantes como objetivos: a regularização fundiária, o fomento para as populações extrativistas, oferecimento de serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura. A Srª Carol Borges comentou que a partir das questões levantadas serão feitas metas que constituirão o plano de



Ideflor-bio

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

ação. A técnica reforça que tendo Plano de Ação estruturado e o regimento Interno formado, o conselho documentalmente pode começar a trabalhar. A Srª Maria Bentes disse que, no entanto, já se poderia traçar um plano Emergencial para atender alguns objetivos num curto espaço de tempo, considerados de maior prioridade. A Srª Gracinete Brito (SEMAS-PA/Núcleo Altamira) disse que a regularização ambiental é uma peça chave para resolver as necessidades locais. Sabe que não pode haver licenciamento, mas remete que alguns processos são importantes para condução da cadeia produtiva e devem ser vistos. A Srª Maria Bentes lembra que não pode haver CAR válido na FLOTA. O Sr. Marcelo disse que pode ser iniciado um trabalho voltado para análise de processo de regularização fundiária. Outra sugestão é fazer uma carta para o ministério público para solicitar intervenção no assistencialismo das comunidades tradicionais pela prefeitura de Altamira. Posto isso, foram feitos os encaminhamentos. Para compor o Plano Emergencial foram apontados levantamentos de processos relacionados a regularização fundiária que estão tramitando no ITERPA e Carta para a prefeitura de Altamira com demandas destinados a Secretaria de Saúde e de Educação. A Srª Maria Bentes disse ainda que o próximo passo era elaborar um relatório que será anexado a um ofício, e encaminhado para as prefeituras. Paralelo a isso serão realizadas reuniões individuais e formalização de acordos de cooperação técnica para definição de ações. Em consenso com os participantes, a presidente estabeleceu 30 dias de antecedência para comunicar a data da próxima reunião. A previsão é que seja no final de setembro. Às treze horas a Sra. Maria Bentes agradece e encerra a reunião. Assim finalizo esta ATA que por mim foi lavrada.

Ana Carolina Borges de Andrade

CONSELHEIROS:

- 1 Fernando Araújo Silva Gomes
- 2 Denilson da Silva Machado
- 3 Ana Karina Merylo Schuelo
- 4 Reinaldo da Silva Lima
- 5 HERIAN BOMES CARDOSO



Ideflor-bio

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO XINGU

ATA – POSSE E I REUNIAO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR –
FLOTA IRIRI – DATA: 29 e 30/06/2017

LOCAL: Auditório do Curso de Engenharia Florestal do Campus da UFPA de Altamira

- 6 Jarlisson Antonio dos Anjos Fonseca.
- 7 Alelecio Marinho
- 8 MARCELO SALAZAR Mano
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____